



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8701, ramal 215 - E-mail: licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 103/2026

(Processo Administrativo nº 325/2026)

(Participação exclusiva MEI/ME e EPP, Lei 147/2014)

OMUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA SRP, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 00h00min do dia 23/10/2026 às 08h00min do dia 10/11/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 10/11/2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas do Município de Santo Antônio da Platina/PR composta por aproximadamente 15 (quinze) motocicletas pertencentes à Administração Pública Municipal, incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais correlatos, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação é composta por um único lote dividido em itens de serviço e fornecimento de materiais.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. A participação no presente Pregão Eletrônicos e dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**, disponível no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

2.2. Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: (041) 3097-4600; e-mail: contato@bll.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
 - 1) **No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação.**
 - 2) **Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;**



3) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

b) Demais documentos exigíveis pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.3. O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.7.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

2.9. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.9.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



2.10.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
2.10.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.10.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.2 e 2.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.10.2 e 2.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



3.7.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.7.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Percentual de desconto sobre o valor do lote;**

4.1.1.1. Em se tratando de serviços, para o campo marca poderá ser digitado o termo “sem marca”;

4.1.1.2. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, conforme item 5.2.1 deste Edital.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto sobre o valor de cada lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.9.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação;

5.9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



5.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.13. O Critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DO LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos;

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.16.2.2. empresas brasileiras;

5.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.17.4. Após a finalização da fase de lances, o licitante mais bem classificado, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, deverá enviar em campo próprio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado (conforme modelo ANEXO IV)**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

b) Cadastro de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.9.1 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO I deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do (a) Pregoeiro (a) solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. Será verificado ainda se o licitante apresentou as declarações exigidas, conforme estabelecido no **ANEXO I deste Edital, devendo ser inserida em campo próprio do sistema – Plataforma BLL**.

7.3.1. O atendimento do item acima poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.5. Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo **120 (cento e vinte) dias**, após a sua data de emissão.

7.6. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.7. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014).

7.8. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. **A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 587/22.**



7.11. Os documentos exigidos para habilitação deverão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do encerramento da fase de lances.

7.12. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://santoantoniodaplatina.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 587/22.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.



- 9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
 - b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b) dar causa à inexecução total do contrato;
 - c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:
- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou contrato no prazo de 05 (cinco) dias ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no mesmo prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.2.3.2. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Santo Antônio da Platina, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 9.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.
- 9.3.1. Para as infrações previstas no item 9.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.3.2. Para as infrações previstas no item 9.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados
- 9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- 9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

EM = I x N x VP, onde:

I = (TX/100) / 365;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma BLL** - <https://bllcompras.com/Home/Login>; ou **através do e-mail**: andreloliveira@santoantonioplataina.pr.gov.br.
- 10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.
- 10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei e Decreto Municipal nº 587/22.
- 11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.
- 11.3. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.
- 11.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 11.4. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.



11.5. A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.7. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.8. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se darão até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade com o descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA;

11.9. A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Setor de Contratos, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 380, sala 02, Platina Shopping, Centro, nesta cidade, devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor ou pelo telefone (43) 3534-8701, ramal 970, ou e-mail: contratos@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.

12. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

12.1.1. Quando o **preço de mercado** se tornar **inferior aos preços registrados**, a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

12.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

12.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.2. Quando o **preço de mercado** se tornar **superior aos preços registrados**, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

12.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Setor de Contratos e a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.2.1.1. Avaliação do preço registrado, que poderá ser objeto de **equilíbrio econômico-financeiro, lhe sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão**;

12.1.2.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de entrega dos produtos e;

12.1.2.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.2. Quando não houver êxito nas negociações para readequação de preços, o Órgão Gerenciador cancelará o preço do bem e/ou do serviço registrado, publicando ATA COMPLEMENTAR da decisão.

12.3. **A revisão de preços registrados deverá ser solicitada ao Setor de Contratos, localizado na Rua Wenceslau Braz, 434, 4º andar, Centro, nesta cidade, diretamente no setor ou telefone (43)3534-8701, ramal 970, ou pelo e-mail: contratos@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.**



13. DA RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO ESTIMADO

13.1. A vigência do Registro de Preço será por 12 meses. A renovação da Ata de Registro de Preços (ARP) poderá ser realizada por igual período e quantidade inicial, desde que a renovação ocorra dentro do prazo de vigência original (antes de expirado o prazo ou esgotado o objeto), mediante prévia anuência do fornecedor e demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços para a Administração Pública. A referida renovação fundamenta-se no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, no art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no Decreto Municipal nº 496/2026.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços especializados, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo vedada a subcontratação integral do objeto.

14.2. A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico <https://santoantonioplatina.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>, e na Plataforma BLL, através do endereço eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login>.
- 16.11. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor do **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA – ESTADO DO PARANÁ**, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL compras” constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>).
- 16.12. O Agente de Contratação responsável por este Pregão Eletrônico será: **André Luciano de Oliveira**; e-mail para contato: andreoliveira@santoantonioplatina.pr.gov.br.
- 16.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.13.1. ANEXO I - Documentação exigida para Habilitação
 - 16.13.2. ANEXO II - Termo de Referência
 - 16.13.3. ADENDO I - Critérios objetivos de avaliação por lote
 - 16.13.4. ADENDO II - Quantitativo e classificação dos veículos pertencentes à frota do município de Santo Antônio da Platina - PR
 - 16.13.5. ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada
 - 16.13.6. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor)
 - 16.13.7. ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços

Santo Antônio da Platina, 21 de outubro de 2026.



ANDRE LUCIANO DE OLIVEIRA
***.154.589.**
21/10/2026 09:37:11
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 1607/2025
Assinatura digital avançada.



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3 Quanto à Qualificação Econômica – Financeira:

- 3.1 Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor ou órgão equivalente, da sede da licitante.

4 Das declarações



4.1 Para fins de habilitação junto o certame a empresa deverá ainda apresentar, através do sistema eletrônico – Plataforma BLL, às seguintes declarações:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
 - c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 4.2 O atendimento ao subitem 4.1 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, conforme modelo constante do anexo III deste edital.
- 4.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4 A falsidade das declarações de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO Nº 325/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 103/2026

1. OBJETO / JUSTIFICATIVA:

- 1.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **Registro de Preços, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas do Município de Santo Antônio da Platina/PR composta por aproximadamente 15 (quinze) motocicletas pertencentes à Administração Pública Municipal, incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais correlatos, por um período de 12 (doze) meses**, conforme especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.
- 1.2 A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas do Município de Santo Antônio da Platina/PR, composta por aproximadamente 15 (quinze) motocicletas utilizadas no desempenho das atividades administrativas e operacionais das diversas Secretarias Municipais.
- 1.3 Ressalta-se que o quantitativo indicado corresponde à composição atual da frota, podendo sofrer alterações durante a vigência da contratação em razão da aquisição, incorporação, transferência, substituição ou baixa de veículos, de acordo com as necessidades da Administração Municipal. Dessa forma, a contratação deverá contemplar também as motocicletas que venham a ser incorporadas à frota municipal durante sua vigência, desde que os respectivos serviços estejam compreendidos no objeto contratado.
- 1.4 Registra-se que o lote destinado à manutenção de motocicletas no Pregão Eletrônico nº 57/2026 - Processo Administrativo nº 217/2026 restou fracassado, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório específico para atendimento da demanda, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços de manutenção e garantir a disponibilidade operacional da frota.
- 1.5 As motocicletas são empregadas diariamente em atividades que exigem rapidez e eficiência, sendo essenciais para a execução de serviços públicos. Dessa forma, sua adequada manutenção é indispensável para assegurar condições seguras de utilização, conservação do patrimônio público, redução de custos decorrentes de falhas mecânicas e continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.
- 1.6 A contratação também se justifica pela necessidade de execução de serviços especializados de manutenção mecânica e elétrica das motocicletas, bem como pela inexistência de estrutura técnica, ferramental especializado e equipe suficiente no quadro municipal para realização integral desses serviços, tornando necessária a contratação de empresa especializada para garantir a eficiência, economicidade e regularidade da manutenção da frota.
- 1.7 Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO:

Lote 01–MANUTENÇÃO GERAL PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOTOCICLETAS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af>



Lote	Item	Und.	Desc. Min.	Especificação	Valor Total
01	01	Und.	5%	Fornecimento de peças, componentes, acessórios, lubrificantes, baterias, materiais elétricos e mecânicos necessários à manutenção preventiva e corretiva das motocicletas pertencentes à frota municipal. Os preços serão obtidos mediante pesquisa de mercado composta por, no mínimo, 03 (três) cotações válidas de fornecedores distintos, sobre os quais incidirá o percentual de desconto ofertado pela contratada.	R\$ 30.000,00
	02	Centavo		Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva em motocicletas, incluindo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparação, substituição, regulagem e recuperação de componentes mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, sistemas de freios, suspensão, transmissão, alimentação, iluminação, carga e partida e demais sistemas correlatos, de baixa, média e alta complexidade, em motocicletas pertencentes à frota oficial do Município.	R\$ 20.000,00
	Valor referencial máximo da hora técnica: R\$ 124,81 Desconto mínimo obrigatório: 5%.				
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 50.000,00

TOTAL →					R\$ 50.000,00
---------	--	--	--	--	---------------

- 2.1 A contratação será realizada em lote único, conforme tabela constante acima;
- 2.2 O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO**, observadas as exigências contidas neste Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO VALOR:

- 3.1 O valor máximo permitido, para esta Contratação, é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.
- 3.2 Os valores estimados representam mera previsão de consumo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública, considerando a natureza variável das demandas de manutenção da frota municipal de motocicletas.
- 3.3 Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, será registrado o valor unitário da hora técnica resultante da aplicação do percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora sobre o VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.
- 3.4 Para o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais e lubrificantes, será registrado o percentual de desconto ofertado pela contratada, incidente sobre o valor médio obtido mediante pesquisa de mercado realizada com, no mínimo, 03 (três) cotações válidas de fornecedores distintos.
- 3.5 Os valores estimados do lote permanecerão inalterados para fins de controle orçamentário e operacional da Ata de Registro de Preços, considerando tratar-se de contratação sob demanda, cujos quantitativos efetivos de peças e serviços não podem ser previamente definidos de forma exata pela Administração Pública.
- 3.6 **SOBRE O VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA DA HORA TÉCNICA INCIDIRÁ O PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO DEFINIDO PARA O LOTE, VISANDO ASSEGURAR A VANTAJOSIDADE MÍNIMA DA CONTRATAÇÃO.**

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de motocicletas compreendem a execução de diagnósticos, revisões, regulagens, reparos, recuperação e substituição de componentes mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos necessários ao adequado funcionamento da frota municipal.
- 4.2 Os serviços de manutenção mecânica abrangem motores, sistema de alimentação, injeção eletrônica, embreagem, transmissão, corrente, coroa, pinhão, suspensão dianteira e traseira, sistema de freios, escapamento, rodas, pneus, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento, quando aplicável, e demais componentes correlatos.



- 4.3 Os serviços de manutenção elétrica e eletroeletrônica compreendem diagnóstico, reparo, substituição e manutenção de baterias, alternadores, motores de partida, chicotes, módulos eletrônicos, sensores, interruptores, painéis, iluminação, faróis, lanternas, setas, buzinas, fusíveis e demais componentes elétricos e eletrônicos das motocicletas.
- 4.4 Os serviços poderão incluir revisão periódica, troca de óleo lubrificante, filtros, velas, cabos, pastilhas e lonas de freio, fluidos, baterias, pneus e demais itens de desgaste natural, observadas as recomendações dos fabricantes.
- 4.5 Compreendem-se também os serviços de desmontagem, montagem, limpeza técnica, regulagem, teste de funcionamento e demais procedimentos necessários à perfeita execução dos reparos e manutenção das motocicletas.
- 4.6 Todos os serviços deverão ser executados conforme as especificações dos fabricantes, normas técnicas aplicáveis e boas práticas de manutenção, visando garantir a segurança, confiabilidade e disponibilidade operacional da frota municipal.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 5.1 Os serviços objeto da presente contratação deverão ser executados mediante demanda da Administração Municipal, conforme necessidade das Secretarias Municipais e do Departamento Municipal de Frota Oficial.
- 5.2 A execução compreenderá serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas pertencentes à frota municipal, incluindo mão de obra e fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais necessários à execução dos serviços.
- 5.3 **A RESPONSABILIDADE PELA RETIRADA DAS MOTOCICLETAS NAS DEPENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO, BEM COMO POR SUA DEVOLUÇÃO APÓS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SERÁ EXCLUSIVAMENTE DA CONTRATADA, SEM QUALQUER ÔNUS ADICIONAL AO MUNICÍPIO.**
- 5.4 Todas as despesas relacionadas ao transporte das motocicletas correrão por conta da CONTRATADA.
- 5.5 **A RETIRADA DA MOTOCICLETA DEVERÁ OCORRER EM ATÉ 4 (QUATRO) HORAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE REMOÇÃO DO VEÍCULO.**
- 5.6 Os serviços deverão ser executados conforme as recomendações dos fabricantes, normas técnicas aplicáveis e legislação vigente, cabendo à contratada fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários.
- 5.7 As manutenções preventivas serão realizadas conforme demanda e planejamento da Administração Municipal.
- 5.8 Nenhum serviço poderá ser executado sem prévio orçamento e autorização da Administração.
- 5.9 Óleos lubrificantes, fluidos, aditivos e demais materiais utilizados deverão ser novos, de primeira linha, em embalagens originais e lacradas.
- 5.10 As peças empregadas deverão ser preferencialmente originais ou genuínas, admitindo-se peças de reposição compatíveis quando devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.
- 5.11 Os orçamentos deverão conter descrição detalhada dos serviços e peças, com indicação de quantidades, marcas, valores unitários e totais.
- 5.12 **A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR ORÇAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS APÓS O RECEBIMENTO DA MOTOCICLETA PARA AVALIAÇÃO.**
- 5.13 **Após autorização da Administração, os serviços deverão ser iniciados em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.**
- 5.14 **Os serviços deverão ser concluídos em até 05 (cinco) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela Administração.**
- 5.15 Os prazos poderão ser prorrogados mediante justificativa formal relacionada à complexidade do reparo ou indisponibilidade de peças.
- 5.16 A Administração poderá solicitar documentos que comprovem a procedência das peças utilizadas, inclusive notas fiscais de aquisição.
- 5.17 As peças substituídas deverão ser disponibilizadas para conferência pelo fiscal do contrato e devolvidas à Administração quando solicitado.



- 5.18 Todos os serviços executados estarão sujeitos à fiscalização do Município, podendo ser recusados quando não atenderem às especificações estabelecidas.
- 5.19 A contratada será responsável pela correta destinação ambiental dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.
- 5.20 A Administração poderá solicitar correções, complementações ou adequações dos orçamentos apresentados, devendo a contratada responder em até 12 (doze) horas.
- 5.21 **Os orçamentos deverão ser apresentados em formato digital e conter, no mínimo:**
- Identificação da motocicleta;
 - Placa;
 - Quilometragem;
 - Marca e modelo;
 - Descrição dos serviços;
 - Relação das peças necessárias;
 - Quantitativos;
 - Valores unitários e totais;
 - Percentual de desconto aplicado;
 - Valor final do orçamento.
- 5.22 A Administração poderá solicitar esclarecimentos ou adequações dos orçamentos apresentados, devendo a contratada realizar os ajustes solicitados.
- 5.23 **Prazo e Condições de Garantia:**
- 5.24 A contratada deverá conceder garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços executados, contados da emissão da nota fiscal.
- 5.25 As peças fornecidas deverão possuir garantia mínima do fabricante.
- 5.26 Constatado defeito ou falha decorrente dos serviços executados durante o prazo de garantia, a contratada deverá realizar os reparos necessários em até 5 (cinco) dias úteis, sem custos para o Município.
- 5.27 Os serviços executados em garantia não gerarão qualquer ônus adicional à Administração.
- 5.28 A garantia não exclui as responsabilidades civis, técnicas e legais da contratada.
- 5.29 **Do Recebimento e Devolução das Motocicletas:**
- 5.30 A contratada deverá realizar checklist no recebimento e na devolução das motocicletas, contendo, no mínimo, identificação do veículo, quilometragem, estado geral de conservação e demais observações pertinentes.
- 5.31 A motocicleta não poderá ser devolvida desmontada ou em condições inferiores às verificadas no momento de seu recebimento, salvo autorização expressa da Administração.
- 5.32 Após a conclusão dos serviços, a motocicleta deverá ser devolvida em perfeitas condições de uso, limpa e livre de resíduos decorrentes da manutenção realizada.
- 5.33 **Os veículos devem ser entregues no Departamento Municipal de Frota Oficial de Santo Antônio da Platina/PRou conforme disposto na Ordem de Compras, expedida pela unidade de compras competente, mediante Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo, emitido pelos Responsáveis pela Fiscalização e Acompanhamento;**
- 5.34 O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, do bem adquirido;
- 5.35 A CONTRATADA obriga-se a entregar o bem e/ou executar o serviço a que se refere este Pregão Eletrônico de acordo estritamente com as especificações descritas na Ordem de Compra, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do bem e/ou serviço quando constatado não estar em conformidade com as referidas especificações, sem prejuízo das penalidades previstas.

6. DA VISTORIA TÉCNICA



- 6.1 Como condição prévia para assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá realizar vistoria técnica nas instalações da licitante classificada em primeiro lugar, com fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2 A vistoria terá por objetivo verificar a existência de estrutura física, equipamentos, ferramentas e condições operacionais mínimas necessárias à execução dos serviços de manutenção de motocicletas.
- 6.3 A diligência será realizada por comissão ou servidor designado pela Administração, que emitirá relatório circunstanciado da vistoria.
- 6.4 Caso seja constatada a inexistência da estrutura mínima necessária para execução do objeto, poderá ser promovida a desclassificação da licitante, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5 A Administração poderá realizar novas vistorias durante a execução contratual para verificar a manutenção das condições apresentadas pela contratada.
- 6.6 Durante a vistoria, poderão ser verificados, entre outros aspectos:
- Área adequada para execução dos serviços;
 - Equipamentos e ferramentas compatíveis com manutenção de motocicletas;
 - Elevador para motocicletas ou equipamento equivalente;
 - Ferramental mecânico e elétrico compatível com o objeto;
 - Equipamentos de diagnóstico eletrônico, quando aplicável;
 - Local apropriado para guarda das motocicletas;
 - Condições de segurança e organização do estabelecimento.
- 6.7 A Administração poderá solicitar a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Alvará de Licença e Funcionamento vigente;
 - b) Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB), AVCB ou documento equivalente, quando exigido pela legislação.
- 6.8 Os responsáveis pela vistoria poderão realizar registros fotográficos das instalações e equipamentos utilizados na comprovação da capacidade operacional da licitante.
- 6.9 **Justificativa da Vistoria Técnica:**
- 6.10 A vistoria técnica destina-se exclusivamente à verificação da capacidade operacional da futura contratada para execução dos serviços de manutenção da frota municipal de aproximadamente 15 (quinze) motocicletas.
- 6.11 A medida busca assegurar que a empresa possua estrutura mínima para atendimento das demandas da Administração, reduzindo riscos de atrasos, execução inadequada dos serviços e paralisação da frota.
- 6.12 A exigência não restringe a competitividade, pois a comprovação ocorrerá apenas após a fase de lances, exclusivamente em relação à licitante melhor classificada.
- 6.13 Os critérios de avaliação serão limitados à verificação da estrutura essencial para execução dos serviços contratados, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Será admitida a subcontratação parcial de serviços especializados, **limitada a 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto contratado, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo vedada a subcontratação integral do objeto.
- 7.2 A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

8. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

- 8.1 A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato, todas as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, jurídica e econômico-financeira exigidas no certame.



- 8.2 No ato do pagamento, deverão ser apresentadas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas pela legislação vigente.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A CONTRATADA obrigar-se-á:

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1) Proporcionar à contratada as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.
 - 2) Solicitar, acompanhar, fiscalizar e autorizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas da frota municipal.
 - 3) Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhar a execução contratual e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
 - 4) Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços.
 - 5) Analisar e aprovar os orçamentos apresentados pela contratada, verificando a compatibilidade dos preços, peças, serviços e quantitativos propostos.
 - 6) Disponibilizar à contratada as informações necessárias para realização dos serviços, incluindo os dados das motocicletas encaminhadas para manutenção.
 - 7) Autorizar previamente a execução dos serviços e o fornecimento das peças necessárias à manutenção.
 - 8) Receber e conferir os serviços executados, bem como as peças eventualmente substituídas, quando solicitado.
 - 9) Efetuar o pagamento dos serviços executados e das peças fornecidas, mediante apresentação da documentação fiscal regularmente atestada.
 - 10) O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, acompanhada dos documentos necessários à liquidação da despesa.
 - 11) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada dos orçamentos aprovados, ordem de serviço, relatório dos serviços executados e demais documentos exigidos pela fiscalização.
 - 12) O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a liquidação regular da despesa, mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada.
 - 13) A Administração poderá incluir ou substituir motocicletas da frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições contratadas e os limites legais aplicáveis.
 - 14) Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, garantido o contraditório e a ampla defesa.
 - 15) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
 - 16) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 17) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
 - 18) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do



- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;
- 19) No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais
- 20) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 21) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas neste Edital e nos Contratos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE obrigar-se-á:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas deste edital;
- b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portaria, nos termos do Decreto Municipal nº 376/15, e alterações posteriores;
- c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas; devidamente atestadas nos prazos fixados.
- e) Arcar com os encargos no caso do não pagamento nos prazos e condições previstas no item 09; e, nos termos do subitem 09.10 deste Edital.
- f) Proporcionar à contratada as condições necessárias à adequada execução contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e demais normas aplicáveis.
- g) Emitir, acompanhar, fiscalizar e autorizar as solicitações de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, observadas as rotinas internas de gestão da frota pública.
- h) Realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, por meio dos fiscais formalmente designados.
- i) Comunicar formalmente à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução contratual, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.
- j) Os pedidos de orçamento deverão ser encaminhados à contratada pelas Secretarias em que os veículos, máquinas ou equipamentos estiverem lotados, competindo ao gestor local responsável pela frota da respectiva Secretaria a análise e validação administrativa dos preços, peças, serviços, quantitativos, tempos de execução e demais elementos relacionados à manutenção, observadas as rotinas internas de gestão da frota municipal, os critérios de economicidade, compatibilidade técnica, razoabilidade dos preços praticados e as disposições constantes na Instrução Normativa Municipal nº 001/2025.
- k) O Departamento Municipal de Frota Oficial poderá atuar no acompanhamento, controle sistêmico, padronização de procedimentos, orientação técnica e registro das manutenções realizadas, observadas as rotinas internas da Administração Pública.
- l) Atualizar a relação da frota municipal sempre que houver inclusão, substituição, baixa ou alteração de veículos, máquinas, implementos ou equipamentos vinculados à Administração Pública Municipal.
- m) Autorizar, quando necessário, a instalação de peças, acessórios, componentes ou adaptações exigidas por legislação, normas técnicas, determinações dos órgãos competentes ou necessidades operacionais da Administração Pública.
- n) Manter sob guarda as peças, componentes e acessórios substituídos durante o período de garantia correspondente, quando necessário para fins de controle, fiscalização, auditoria ou eventual responsabilização contratual.



- o) Efetuar o pagamento dos serviços executados e materiais fornecidos, mediante apresentação da documentação fiscal regularmente atestada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.
- p) O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, representada graficamente por DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), devidamente acompanhada dos documentos exigidos para liquidação da despesa.
- q) A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada por meio de processo digital, sistema eletrônico oficial, ou outro meio formalmente admitido pela Administração Pública (diante da impossibilidade do envio via processo digital) acompanhada do check-list de manutenção, relatórios, orçamentos aprovados e demais documentos necessários à adequada conferência e fiscalização contratual.
- r) O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as condições previstas na legislação vigente e a regular liquidação da despesa.
- s) A contratante poderá incluir novos veículos, máquinas, implementos ou equipamentos pertencentes à frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições contratadas, a compatibilidade do objeto, a disponibilidade orçamentária e os limites legais aplicáveis.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 11.1** As despesas decorrentes da execução do presente Pregão Eletrônico correrão por conta da (s) Dotação (ões) Orçamentária (s) abaixo, ou futuramente, por contas de dotações orçamentárias correspondentes às Secretarias/Órgãos requisitantes:

Ref. Dotação	Orgão Unid.	Funcional Programática	Ação	Descrição	Vínculo	Sub Elemento	Descrição
147	03-07	0011.0331.0021	2387	Sec. de Gestão	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
150	03-07	0011.0331.0021	2387	Sec. de Gestão	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
296	05-01	0004.0121.0323	2390	Sec. de Planejamento	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
298	05-01	0004.0121.0323	2390	Sec. de Planejamento	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
676	07-04	0010.0301.0428	2401	Sec. de Saúde	4943	33390391904	Serviços gerais de mecânica veicular
695	08-01	0008.0122.0486	2097	Sec. de Ass. Social	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
699	08-01	0008.0122.0486	2097	Sec. de Ass. Social	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
1334	14-01	0006.0122.0167	2459	Sec. de Defesa Social	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
1336	14-01	0006.0122.0167	2459	Sec. de Defesa Social	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos

12. DO PAGAMENTO



- 12.1** O pagamento será efetuado em conta vinculada, em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Compra, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica / Fatura correspondente ao objeto entregue e aceito.
- 12.2** O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, representada graficamente por DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), devidamente acompanhada dos documentos exigidos para liquidação da despesa.
- 12.3** A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada por meio de processo digital, sistema eletrônico oficial, ou outro meio formalmente admitido pela Administração Pública (diante da impossibilidade do envio via processo digital) acompanhada do check-list de manutenção, relatórios, orçamentos aprovados e demais documentos necessários à adequada conferência e fiscalização contratual.
- 12.4** No ato de cada pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade fiscal. Constatando-se alguma incorreção nestes documentos ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização;
- 12.5** No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- 12.6** Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontinuados e reiniciados após a correção necessária;
- 12.7** A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina atestará através do responsável pela Secretaria solicitante e pela Fiscalização dos Contratos e Recebimento, a aceitação do objeto na Nota Fiscal Eletrônica / Fatura, a ser emitida sem rasuras e em letra bem legível, no prazo previsto, após a entrega do mesmo.

13. DA GARANTIA

- 13.1** A contratada deverá conceder garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços executados, contados a partir da emissão da nota fiscal correspondente.
- 13.2** Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem defeitos, vícios, falhas de execução ou inadequações decorrentes de má execução, utilização de materiais inadequados ou emprego de técnicas em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis e recomendações dos fabricantes.
- 13.3** As peças, componentes, acessórios, materiais e demais itens fornecidos deverão possuir garantia mínima correspondente à garantia oferecida pelo fabricante, distribuidor ou fornecedor, observadas as condições constantes na embalagem, manual técnico, certificado de garantia ou documento equivalente.
- 13.4** Caso seja constatado defeito, incompatibilidade, vício de fabricação ou inadequação técnica durante o período de garantia, a contratada deverá promover a substituição do item ou refazimento do serviço no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional ao Município.
- 13.5** Os serviços executados em garantia deverão observar os mesmos padrões de qualidade, controle e fiscalização previstos para a execução original, sem qualquer ônus adicional à Administração Pública.
- 13.6** A garantia contratual não exclui a responsabilidade civil, técnica, ética e legal da contratada pela qualidade dos serviços executados e materiais fornecidos, nos termos da legislação vigente.

14. DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1** A Administração Municipal exercerá ampla fiscalização sobre a execução contratual, podendo:
- Acompanhar os serviços;
 - Realizar inspeções;
 - Solicitar esclarecimentos;
 - Rejeitar serviços inadequados;



- Exigir correções;
 - Solicitar documentos;
 - E adotar demais providências necessárias à adequada execução contratual.
- 14.2** A fiscalização poderá ocorrer presencialmente ou por meios eletrônicos compatíveis com a natureza da contratação, inclusive mediante compartilhamento de imagens, vídeos, diagnósticos, relatórios técnicos, orçamentos e demais registros necessários ao acompanhamento da execução contratual.
- 14.3** A Administração Pública poderá solicitar registros fotográficos das peças substituídas, etapas da execução dos serviços, componentes danificados ou demais elementos necessários à adequada fiscalização contratual, sempre que entender necessário.
- 14.4** A fiscalização contratual da execução dos serviços, incluindo a análise de orçamentos, peças, diagnósticos, serviços executados, prazos, conformidade técnica e demais aspectos operacionais da manutenção, será realizada estritamente nos termos da Portaria nº 486/26.
- 14.5** Nas Secretarias que possuem gestores locais, encarregados ou servidores nominalmente designados, a fiscalização caberá a esses agentes indicados. Nas demais Secretarias, a fiscalização será exercida pelo Diretor do Departamento Municipal de Frota Oficial. Essa descentralização foi estabelecida com base na Instrução Normativa nº 001/2025, visando a gestão eficiente do processo de manutenção veicular, ficando resguardado o direito do Diretor do Departamento Municipal de Frota Oficial de, a qualquer momento, fiscalizar diretamente os serviços realizados em qualquer veículo da frota.
- 14.6** A ausência de fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais, técnicas e contratuais.



ADENDO I – CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO POR LOTE

LOTE / OBJETO	INSTALAÇÃO FÍSICA MÍNIMA	SEGURANÇA E GUARDA DA FROTA	EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO
LOTE 01– Manutenção em Motocicletas	Oficina coberta ou estrutura operacional compatível com manutenção de motocicletas	Área compatível para permanência temporária das motocicletas	Elevadores, suporte, cavalete ou rampa compatível; ferramental específico para motocicletas.
A contratada deverá dispor, durante toda a execução contratual, de ao menos 01 (um) profissional responsável pela execução dos serviços de manutenção de motocicletas, integrante de sua equipe própria ou regularmente vinculado à contratada. A qualificação técnica do profissional deverá ser comprovada mediante pelo menos um dos seguintes documentos: a) certificado ou diploma de curso de mecânica ou manutenção de motocicletas, emitido por instituição de ensino ou entidade de formação profissional; b) certificado de treinamento ou capacitação técnica em manutenção de motocicletas emitido por fabricante, concessionária, instituição de ensino ou entidade de formação profissional; ou c) comprovação formal de experiência profissional na atividade de manutenção de motocicletas, mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro documento legal que identifique expressamente a atividade desempenhada.			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af>



ADENDO II - QUANTITATIVO E CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR

Qtd.	Código	Placa	Descrição	Órgão	Centro de Custo	Unidade	Tipo do Veículo	Marca	Modelo	Ano fabricação
1	SEB0B58	SEB0B58	HONDA NXR 160 BROS ESDD	Planejamento	Departamento Municipal de Fiscalização de Obras e Posturas	Fiscalização de Obras e Posturas	Motocicleta	Honda	NXR160 BROS ESDD	2022
2	SEB0D16	SEB0D16	HONDA NXR 160 BROS ESDD	Planejamento	Departamento Municipal de Fiscalização de Obras e Posturas	Fiscalização de Obras e Posturas	Motocicleta	Honda	NXR160 BROS ESDD	2022
3	SEB0C86	SEB0C86	HONDA NXR 160 BROS ESDD	Planejamento	Departamento Municipal de Fiscalização de Obras e Posturas	Fiscalização de Obras e Posturas	Motocicleta	Honda	NXR160 BROS ESDD	2022
4	SEB1F98	SEB1F98	HONDA NXR 160 BROS ESDD	Planejamento	Departamento Municipal de Fiscalização de Obras e Posturas	Fiscalização de Obras e Posturas	Motocicleta	Honda	NXR160 BROS ESDD	2022
5	38901	BEP1C36	MOTO - MOTOCICLETA, MARCA HONDA NXR 160 BROS, RENAVAM 01241508221, CLASSI 9C2KD0810LR080322, PLACA B	Saúde	Unidade Básica de Saúde Platina	Saúde	Motocicleta	Outras Marcas de Motos	OUTROS MODELOS DE MOTOS	2020
6	38900	BEP1B85	MOTO - MOTOCICLETA, MARCA HONDA NXR 160 BROS, RENAVAM 01245477487, CLASSI 9C2KD0810LR078158, PLACA B	Saúde	Departamento Municipal de Vigilância em Saúde	Vigilância em Saúde	Motocicleta	Outras Marcas de Motos	OUTROS MODELOS DE MOTOS	2020
7	35653	BCO-2663	MOTOCICLETA HONDA BIZ 125 CHASSI 9C2JC4830JR112712 MOTOR JC48E3J112724 FLEX ANO 2018/18 COR PRETA PE	Assistência Social	Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência Social	Motocicleta	Outras Marcas de Motos	OUTROS MODELOS DE MOTOS	2018
8	27682	AXS-1644	VEICULO MOTOCICLETA HONDA- MOTO CG 150 FAN FLEX Nº DO MOTOR KC16E7D521399, COR PRETA, ESPECIE PASSAG	Defesa Social	Departamento Municipal de Trânsito	Trânsito	Motocicleta	Honda	CG 150 FAN ESI	2013
9	24846	AUL-7498	MOTOCICLETA CG 125 CARGO KS CHASSI 9C2JC4130BR702983 RENAVAN 347986650 ANO 2011 GASOLINA PLACA AUL 7	Gestão	Departamento Municipal Almoxarifado Distribuição	Almoxarifado e Distribuição	Motocicleta	Honda	CG 125	2011
10	20739	ARZ-6917	HONDA- MOTO CG 150 TITAN MIX KS. CHASSI 9C2KC16109R043554, COR PRETA, ANO 2009/2009 Nº DE MOTOR KC1	Fazenda	Departamento Municipal de Tributação	Tributação	Motocicleta	Honda	CG 150 TITANKS MIX	2009
11	20602	ARY-9894	HONDA- MOTO CG 150 TITAN MIX. Nº DO MOTOR KC16E19029580, COR VERMELHA, RENAVAM DE FABRICA 2849. ESP	Saúde	Setor de Transporte de Pacientes	Planejamento e Execução em Saúde	Motocicleta	Honda	CG 150 TITANKS MIX	2009
12	20601	ARY-9893	HONDA- MOTO CG 150 TITAN MIX. Nº DO MOTOR KC16E19029580, COR VERMELHA, RENAVAM DE FABRICA 2849. ESP	Saúde	Centro de Atendimento Especializado	Saúde	Motocicleta	Honda	CG 150 TITANKS MIX	2009
13	6809	AKV-4487	Veículo Motocicleta, marca Honda, modelo 125 Titan, ano 03/03, combustível gasolina, Renavam nº 80.2	Gestão	Departamento Municipal de Recursos Humanos	Recursos Humanos	Motocicleta	Honda	CG 125 TITANKS	2003
14	6807	AKG-2149	Veículo Moto, marca Honda, cor branca, modelo CG 125 Cargo, ano 02/02, combustível gasolina, Renavam nº	Defesa Social	Departamento Municipal de Trânsito	Trânsito	Motocicleta	Honda	CG 125 CARGO/ CARGO KS	2002
15	6803	ABY-7596	Veículo Moto, marca Honda, modelo, ano 01/02, combustível Gasolina, Renavam nº 00772724784, Placa A	Agric. Pec. Meio Ambiente	Secret. Mun. Agric. Pec. Meio Ambiente	Agricult. Pec. Meio Ambiente	Motocicleta	Honda	CG 125 TITANES	2001

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03 PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESE: https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af



**ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA
(MODELO)**

Ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA – PR

Referência: Edital Pregão Eletrônico SRP nº 103/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____ - _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af>



ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA – PR

Referência: Edital Pregão Eletrônico SRP nº 103/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Agência:

Conta Bancária nº:

Telefone:

Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UM	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXX).

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: Conforme Edital.

Prazo de garantia: Conforme Edital.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af>



ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 325/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 103/2026
VALIDADE: 01 (um) ano

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Santo Antônio da Platina, Paraná, sito à Praça Nossa Senhora Aparecida, s/nº, CNPJ/MF nº 76.968.627/0001-00, neste ato, representado pelo **Senhor** _____, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº _____ e portador da Carteira de Identidade RG nº _____-SSP/_____, nos termos do Decreto Municipal nº _____/_____; doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 590/22 e 591/22 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolve registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 103/2026, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto–

- 1.1. O Objeto do Processo Licitatório, que deu origem a presente Ata é o **Registro de Preços, visando a Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Santo Antônio da Platina/PR, atualmente composta por aproximadamente 188 (cento e oitenta e oito) veículos, máquinas, implementos e equipamentos pertencentes à Administração Pública Municipal, compreendendo veículos leves, médios, pesados, motocicletas, máquinas e demais equipamentos, incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais correlatos, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Anexo II do Edital – Termo de Referência**, do Pregão Eletrônico nº 103/2026, que juntamente com a proposta da **DETENTORA**, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
- 1.2. A empresa _____, com sede na cidade de _____, sito à _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, representada por seu Procurador _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____ e portador da Carteira de Identidade RG nº _____ doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina (PR), de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:

LOTE	ITEM	QUANTIDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
R\$ 0,00 (ZERO REAIS)							

- 1.3. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão Eletrônico nº 103/2026, com a proposta da DETENTORA, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como as demais leis pertinentes.
- 1.4. Após assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços correrão por conta da (s) Dotação (ões) Orçamentária (s) abaixo, ou futuramente, por contas de dotações orçamentárias correspondentes às Secretarias/Órgãos requisitantes:

Ref. Dotação	Órgão Unid.	Funcional Programática	Ação	Descrição	Vínculo	Sub Elemento	Descrição
147	03-07	0011.0331.0021	2387	Sec. de Gestão	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/10/2026 09:37 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p8db46e06e51af>



150	03-07	0011.0331.0021	2387	Sec. de Gestão	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
296	05-01	0004.0121.0323	2390	Sec. de Planejamento	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
298	05-01	0004.0121.0323	2390	Sec. de Planejamento	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
676	07-04	0010.0301.0428	2401	Sec. de Saúde	4943	33390391904	Serviços gerais de mecânica veicular
695	08-01	0008.0122.0486	2097	Sec. de Ass. Social	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
699	08-01	0008.0122.0486	2097	Sec. de Ass. Social	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos
1334	14-01	0006.0122.0167	2459	Sec. de Defesa Social	0	33390303999	Outros materiais para manutenção de veículos
1336	14-01	0006.0122.0167	2459	Sec. de Defesa Social	0	33390391999	Outros serviços de manutenção e conservação de veículos

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A vigência do Registro de Preço será por 12 meses. A renovação da Ata de Registro de Preços (ARP) poderá ser realizada por igual período e quantidade inicial, desde que a renovação ocorra dentro do prazo de vigência original (antes de expirado o prazo ou esgotado o objeto), mediante prévia anuência do fornecedor e demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços para a Administração Pública. A referida renovação fundamenta-se no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, no art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no Decreto Municipal nº 496/2026.
- 3.2. Para efeitos de garantia dos produtos e/ou serviços; o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, conforme descrito na Proposta de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, sendo este parte integrante do Pregão Eletrônico nº 103/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- 5.1. O preço para o fornecimento do produto e/ou execução do serviço é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto.
- 5.2. No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 6.2. O preço registrado poderá, justificadamente ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, observados os requisitos constantes no item 12 do Pregão Eletrônico nº 103/2026.
- 6.3. A revisão de preços registrados deverá ser solicitada ao Setor de Contratos, localizado na Rua Wenceslau Braz, 434, 4 andar, Centro, nesta cidade, diretamente no setor ou telefone (43)3534-8701, ramal 970, ou pelo e-mail: contratos@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

- 7.1. O fornecimento do (s) produto (s) e/ou serviço (s), registrado nesta Ata se darão através de Ordem de Compra/Nota de Empenho, sob responsabilidade da unidade de compras pertinente.
- 7.2. Cada termo contratual oriundo desta Ata deverá conter, no mínimo:
- Número do Pregão;
 - Quantidade do produto;
 - Descrição do produto requisitado;
 - Local de entrega;
 - Do recebimento;
 - Dotação orçamentária onerada;
 - Valor;
 - Condições de pagamento;
 - Penalidades;
 - Garantia contratual, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 587/22.
- 8.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.
- 8.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
 - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 8.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 8.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:
- recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou contrato em 05 (Cinco) dias úteis ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 8.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
 - fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.2.3.2. A sanção prevista no item 8.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Santo Antônio da Platina, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.2.4. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato lícitado.
- 8.2.4.1. Para as infrações previstas no item 9.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado;



- 8.2.4.2. Para as infrações previstas no item 8.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 8.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.2.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.4. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.6. O não pagamento nos prazos fixados na Cláusula Sétima deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:
- EM = I x N x VP, onde:
- I = (TX/100) / 365;
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editalícias;
- b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portaria, nos termos do Decreto Municipal nº 376/15, e alterações posteriores;
- c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas; devidamente atestadas nos prazos fixados.
- e) Arcar com os encargos no caso do não pagamento nos prazos e condições previstas no item 09; e, nos termos do subitem 09.10 deste Edital.
- f) Proporcionar à contratada as condições necessárias à adequada execução contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e demais normas aplicáveis.
- g) Emitir, acompanhar, fiscalizar e autorizar as solicitações de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, observadas as rotinas internas de gestão da frota pública.
- h) Realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, por meio dos fiscais formalmente designados.
- i) Comunicar formalmente à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução contratual, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.
- j) Os pedidos de orçamento deverão ser encaminhados à contratada pelas Secretarias em que os veículos, máquinas ou equipamentos estiverem lotados, competindo ao gestor local responsável pela frota da respectiva Secretaria a análise e validação administrativa dos preços, peças, serviços, quantitativos, tempos de execução e demais elementos relacionados à manutenção, observadas as rotinas internas de gestão da frota municipal, os critérios de economicidade, compatibilidade técnica, razoabilidade dos preços praticados e as disposições constantes na Instrução Normativa Municipal nº 001/2025.
- k) O Departamento Municipal de Frota Oficial poderá atuar no acompanhamento, controle sistêmico, padronização de procedimentos, orientação técnica e registro das manutenções realizadas, observadas as rotinas internas da Administração Pública.
- l) Atualizar a relação da frota municipal sempre que houver inclusão, substituição, baixa ou alteração de veículos, máquinas, implementos ou equipamentos vinculados à Administração Pública Municipal.
- m) Autorizar, quando necessário, a instalação de peças, acessórios, componentes ou adaptações exigidas por legislação, normas técnicas, determinações dos órgãos competentes ou necessidades operacionais da Administração Pública.
- n) Manter sob guarda as peças, componentes e acessórios substituídos durante o período de garantia correspondente, quando necessário para fins de controle, fiscalização, auditoria ou eventual responsabilização contratual.



- o) Efetuar o pagamento dos serviços executados e materiais fornecidos, mediante apresentação da documentação fiscal regularmente atestada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.
- p) O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, representada graficamente por DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), devidamente acompanhada dos documentos exigidos para liquidação da despesa.
- q) A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada por meio de processo digital, sistema eletrônico oficial, ou outro meio formalmente admitido pela Administração Pública (diante da impossibilidade do envio via processo digital) acompanhada do check-list de manutenção, relatórios, orçamentos aprovados e demais documentos necessários à adequada conferência e fiscalização contratual.
- r) O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as condições previstas na legislação vigente e a regular liquidação da despesa.
- s) A contratante poderá incluir novos veículos, máquinas, implementos ou equipamentos pertencentes à frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições contratadas, a compatibilidade do objeto, a disponibilidade orçamentária e os limites legais aplicáveis.
- t) Arcar com os encargos no caso do não pagamento nos prazos previstos na Cláusula Sétima e condições previstas no subitem 8.6 desta Ata de Registro de Preços.
- u) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. A CONTRATADA obrigar-se-á:

- a) Fornecer e/ou executar o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;
- c) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- d) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h) A contratada deverá promover adequada destinação ambiental de resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo: óleos lubrificantes; filtros; baterias; peças contaminadas; embalagens; e demais resíduos automotivos.
- i) Deverão ser observadas integralmente as disposições da Resolução CONAMA nº 362/2005 e demais normas ambientais aplicáveis.
- j) A contratada responderá integralmente pelos danos ambientais eventualmente causados em decorrência da execução dos serviços sob sua responsabilidade.
- k) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
- n) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;
- o) No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais



- p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- q) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

- 10.1 A contratada deverá conceder garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços executados, contados da emissão da nota fiscal.
- a) As peças fornecidas deverão possuir garantia mínima do fabricante.
 - b) Constatado defeito ou falha decorrente dos serviços executados durante o prazo de garantia, a contratada deverá realizar os reparos necessários em até 5 (cinco) dias úteis, sem custos para o Município.
 - c) Os serviços executados em garantia não gerarão qualquer ônus adicional à Administração.
 - d) A garantia não exclui as responsabilidades civis, técnicas e legais da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1 A Administração Municipal exercerá ampla fiscalização sobre a execução contratual, podendo:
- a) Acompanhar os serviços;
 - b) Realizar inspeções;
 - c) Solicitar esclarecimentos;
 - d) Rejeitar serviços inadequados;
 - e) Exigir correções;
 - f) Solicitar documentos;
 - g) E adotar demais providências necessárias à adequada execução contratual.
- 11.1 A fiscalização poderá ocorrer presencialmente ou por meios eletrônicos compatíveis com a natureza da contratação, inclusive mediante compartilhamento de imagens, vídeos, diagnósticos, relatórios técnicos, orçamentos e demais registros necessários ao acompanhamento da execução contratual.
- 11.1 A Administração Pública poderá solicitar registros fotográficos das peças substituídas, etapas da execução dos serviços, componentes danificados ou demais elementos necessários à adequada fiscalização contratual, sempre que entender necessário.
- 11.1 A fiscalização contratual da execução dos serviços, incluindo a análise de orçamentos, peças, diagnósticos, serviços executados, prazos, conformidade técnica e demais aspectos operacionais da manutenção, será realizada estritamente nos termos da Portaria nº 486/26. Nas Secretarias que possuem gestores locais, encarregados ou servidores nominalmente designados, a fiscalização caberá a esses agentes indicados. Nas demais Secretarias, a fiscalização será exercida pelo Diretor do Departamento Municipal de Frota Oficial. Essa descentralização foi estabelecida com base na Instrução Normativa nº 001/2025, visando a gestão eficiente do processo de manutenção veicular, ficando resguardado o direito do Diretor do Departamento Municipal de Frota Oficial de, a qualquer momento, fiscalizar diretamente os serviços realizados em qualquer veículo da frota.
- 11.1 A ausência de fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais, técnicas e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. A Ata de Registro de Preços e seus contratos decorrentes podem ser extintos antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.2.3. Indenizações e multas.
- 12.3. A extinção da Ata de Registro de Preços, bem com seus contratos decorrentes, não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. Registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de Preços podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico: <https://santoantoniodaplatina.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços especializados, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo vedada a subcontratação integral do objeto.
- 16.2. A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. O Município não se obriga a contratar exclusivamente pela Ata de Registro de Preços, podendo cancelar, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente nos termos da legislação específica, sem que caiba recurso por parte de detentor.
- 17.2. Os dados da Ata de Registro de Preços são decorrentes do Pregão Eletrônico nº 103/2026.
- 17.3. Os casos omissos relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

- 18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de **Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;
- 18.2. E assim, por estarem justos e contratados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, para que surta os jurídicos e legais efeitos; em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas:



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador da Despesa
Decreto Municipal nº XXXXX/XXXX
CONTRATANTE

CONTRATADA

FISCALIZAÇÃO

(Portaria xxx/xx)

ASSESSORIA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG nº _____
CPF nº _____

2) _____
RGº _____
CPF nº _____

